


**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA, ÓRGÃO DO
MINISTÉRIO DO TURISMO, E A SECRETARIA
ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL,
ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, PARA
OS FINS QUE ESPECIFICA.**

A **SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**, órgão do Ministério da Economia, doravante denominada **RFB**, inscrita no CNPJ nº 00.394.460/0058-87, neste ato representada pelo Subsecretário-Geral da Receita Federal do Brasil, senhor DECIO RUI PIALARISSI, portador da Carteira de Identidade (CI/RG) nº 2.091.386-0 (SESP/PR) e do CPF nº 362.971.949-04, com fulcro na competência que lhe foi delegada pela Portaria RFB nº 379, de 21 de fevereiro de 2019, publicada na página 22 da Seção 1 do Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2019, e a **SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA**, órgão do Ministério do Turismo, doravante denominada **SECULT/MTur**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 2º, 3º e 4º andares, Brasília/DF, inscrita no CNPJ nº 05.457.283/0002-08, neste ato representada pelo Secretário Especial de Cultura, MARIO LUIS FRIAS, nomeado pelo Decreto de 19 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 19 de junho de 2020, portador da Carteira de Identidade (CI/RG) nº 08655976-2 (SECC/RJ) e do CPF nº 021.051.297-06, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SRF nº 19, de 17 de fevereiro de 1998, na Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, alterada pela Lei nº 14.036, de 13 de agosto de 2020, no Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, e nos termos dos processos 10265.202839/2020-85, 72031.006596/2020-57 e 72031.006496/2020-21,

RESOLVEM celebrar o presente Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes: 



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Convênio é viabilizar a troca de informações e operacionalização de ações de caráter preventivo e repressivo a fraudes relacionadas ao auxílio emergencial criado pela Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, incluindo o compartilhamento de informações constantes em bases de dados necessárias à verificação dos requisitos para concessão do auxílio emergencial de que trata a referida Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a elaborar o Plano de Trabalho, que passará a ser parte integrante e indissociável do presente Convênio, bem como toda documentação técnica resultante, cujos dados nele contidos, acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

São obrigações comuns dos convenientes as seguintes:

- I - elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Convênio;
- II - executar as ações objeto deste Convênio, assim como monitorar os resultados;
- III - designar representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Convênio;
- IV - responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra partícipe, quando da execução deste Convênio;
- V - analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- VI - cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- VII - disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações;



24

VIII - permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e controle externo) a todos os documentos relacionados ao Convênio, assim como aos elementos de sua execução;

IX - fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;

X - manter sigilo das informações sensíveis ou sigilosas, nos termos da legislação vigente, obtidas em razão da execução do Convênio, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes; e

XI – obedecer às restrições legais relativas a propriedade intelectual, se for o caso.

CLÁUSULA QUARTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

O envio de informação sigilosas ou pessoais de registros administrativos da SECULT/MTur deverá ser feito em observância às restrições e procedimentos dispostos no art. 8º do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, na Portaria MDS nº 10, de 30 de janeiro de 2012, e outras atualizações em qualquer outro normativo que regulamente o acesso a tais informações.

Parágrafo Único. A utilização das informações disponibilizadas por força deste Convênio, fora das hipóteses aqui expressamente autorizadas, sujeitará o infrator às sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação pertinente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA RFB

A RFB se compromete a:

I - fornecer à SECULT/MTur informações não albergadas por sigilo fiscal, decorrentes do resultado de cruzamento entre bases de dados extraídas do Cadastro Único e do público considerado elegível ao recebimento do auxílio emergencial e bases de dados da RFB, especialmente da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) dos anos-calendário solicitados para análise, sendo as pessoas identificadas classificadas como declarante, cônjuge, dependente ou alimentando, conforme Plano de Trabalho a ser pactuado entre os partícipes pelos representantes indicados pelos signatários do presente Convênio.



que auxiliem na verificação de elegibilidade ao pagamento do auxílio emergencial de que trata a Lei nº 14.017, de 2020; e

II - retornar informação qualificada sobre faixa de rendimentos brutos dos cidadãos identificados no cruzamento, de acordo com o que ficar definido no Plano de Trabalho, sempre respeitado o sigilo fiscal conforme disposto no art. 198 do Código Tributário Nacional.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA SECULT/MTur

A SECULT/MTur se compromete a:

I - informar à RFB o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas registradas no Cadastro Único ou Número de Identificação (NIS), no caso de pessoas cadastradas sem inscrição no CPF; e

II - dar suporte à RFB quanto aos critérios de elegibilidades previstos na Lei nº 14.017, de 2020, caso necessário para o fornecimento das informações e identificação do público alvo do auxílio emergencial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Convênio. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamento, comunicação entre os órgãos e outras que se fizeram necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

Parágrafo Primeiro. Os serviços decorrentes do presente Convênio serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações por estes serviços.

Parágrafo Segundo. No caso de o fornecimento das informações estar condicionado à realização de apuração especial em prestadores de serviços de tecnologia da Informação (TI) da RFB, a SECULT/MTur será informada previamente e arcará com os respectivos custos, não cabendo qualquer ônus à RFB. *f*



CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Convênio, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe

Parágrafo Único. As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no Convênio e por prazo determinado.

CLÁUSULA NONA – DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

No prazo de dez dias a contar da celebração do presente Convênio, cada partícipe designará formalmente, mediante portaria, preferencialmente servidores públicos envolvidos e responsáveis para gerenciar a parceria; zelar por seu fiel cumprimento; coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste.

Parágrafo Primeiro. Competirá aos designados a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

Parágrafo Segundo. Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até dez dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Convênio vigorará, a partir da data da assinatura, até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Convênio poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ENCERRAMENTO

O presente Convênio será extinto:

- I - por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- II - por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- III - por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- IV – por rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, nas seguintes situações:

- I - quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Convênio; e
- II – na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A RFB deverá publicar extrato do Convênio no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto. *[Assinatura]*

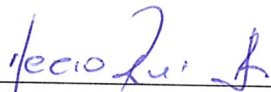


CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente convênio, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes, deverão ser submetidas à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, órgão de Advocacia- Geral da União.

E, por assim estar plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos de presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em duas vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos representantes dos partícipes, para que produza seus legais efeitos.

Brasília, 31 de agosto de 2020.



DECIO RUI PIALARISSI

Subsecretário-Geral da Receita Federal do
Brasil



MARIO LUIS FRIAS

Secretário Especial de Cultura
Ministério do Turismo

Testemunhas:

1) Nome: ANDREA ABRAO RDCS DOMF

CPF: 918.729.957-72 e assinatura: 

Daniella Góes de Araújo
Analista - Tributário da RFB
Matrícula: 147888

2) Nome: _____

CPF: 609.933.405-04 e assinatura: Daniella Góes de Araújo



